

# ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS PALEOGRÁFICAS DE MANUSCRITOS DO VICE-REI PARA A CÂMARA MUNICIPAL DA ILHA DE SANTA CATARINA (1781 – 1789)

**Daniel Morais de Mello**

Arquivista Graduado em Arquivologia pela Universidade Federal  
de Santa Catarina - UFSC  
danielmoraisdemello@gmail.com

**Aline Carmes Krüger**

Docente do Departamento da Ciência da Informação - UFSC  
aline.kruger@ufsc.com.br

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo analisar aspectos paleográficos de três manuscritos de autoria do Vice-Rei Luis de Vasconcelos e Souza, do período de 1781 a 1789, ressaltando os aspectos gráficos, materiais e complementares, situando os documentos em seu contexto de criação, bem como traçando o perfil da língua portuguesa escrita à época, tendo em vista as particularidades do autor. Os manuscritos informam à Câmara Municipal da Ilha de Santa Catarina do falecimento de membros da família real, ordenando período de luto a todos os seus distritos. Seguem as *Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos*, bem como o guia para análise paleográfica da obra *Noções de Paleografia e de Diplomática*. Por meio da observação crítica dos manuscritos, é feita a descrição das características físicas dos mesmos, com amostragem de casos nos quais ficam explícitas as peculiaridades da escrita dos autores. Conclui que os manuscritos foram escritos por mãos hábeis, apesar das irregularidades ortográficas, e configurando-se enfim em fontes para novas pesquisas.

**Palavras-chave:** Paleografia. Análise Paleográfica. Documentos Manuscritos. Vice-rei.



## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva, a partir da transcrição, descrever e analisar as características paleográficas – aspectos gráficos, materiais e complementares – de três manuscritos que compõem o

conjunto documental *Cartas do Vice-Rei para Câmaras Municipais – 1760/1801*, do acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, bem como contextualizar historicamente o conteúdo destes documentos.

Ao conceber a pesquisa com o tema paleografia, fez-se necessário delimitar o espaço-temporal dos documentos a serem analisados. Para tanto, o índice topográfico do acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina foi consultado e optou-se pelo conjunto documental *Cartas do Vice-Rei para Câmaras Municipais*, dado à sua datação remota e curiosidade sobre o cenário que antecipava a chegada da família real à colônia. O conjunto é composto por quatro séries de documentos, separadas pela autoria das documentações, os quatro Vice-Reis que atuaram nesse quadro temporal: Antônio Rolim de Moura Tavares (Conde de Azambuja) 1767 – 1769, Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d’Eça e Melo Silva Mascarenhas (Marques de Lavradio e Conde de Avintes) 1769 - 1778, Luís de Vasconcelos e Sousa (Conde de Figueiró) 1778 – 1790, e José Luís de Castro (Conde de Rezende) 1790 – 1801. Esta pesquisa detém-se em três dos sete manuscritos de autoria do Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa, pela limitação do tempo para pesquisa e para detectar parâmetros e situações conflitantes nas características paleográficas dos documentos provenientes do mesmo autor, em diferentes épocas e conteúdos escritos.

Em cunho pessoal, a oportunidade de aprofundar os estudos e práticas de paleografia - seguindo os critérios de análise paleográfica de Berwanger e Leal (2015) para analisar todos os aspectos gráficos, materiais e complementares dos documentos -, bem como a curiosidade em saber como as cartas e ofícios eram escritos no século XVIII - e como seu conteúdo reflete com a preparação e produção do documento - configura-se em combustível para a pesquisa científica aqui apresentada. Aplicar os conhecimentos paleográficos estudados na disciplina de Paleografia e Diplomática do Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina contribui

para moldar um olhar investigativo sobre os documentos analisados. A análise paleográfica permite que revisitemos o passado auxiliando na sua historicidade, pois possibilita traçar novos caminhos por documentos há muito produzidos e enxergar detalhes que passaram despercebidos em análises anteriores.

Os documentos encontram-se em bom estado de conservação, envelopados em papel e armazenados dentro de uma pasta identificada com seu respectivo código de localização no acervo do Arquivo Público. É assinado pelo Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Sousa, escritos durante o exercício de seu cargo como administrador e representante dos interesses do governo real na colônia durante a década de 1780. Os três manuscritos selecionados – identificados neste artigo pelo código M1 (Manuscrito 1), M2 (Manuscrito 2) e M3 (Manuscrito 3) - compartilham do mesmo assunto: comunicado sobre o falecimento de membros da família real – “*Rainha Mãe*” (M1), Dom Pedro III (M2) e Dom José (M3) – e decreto de período de luto a ser instaurado nos territórios das províncias.

No deflagrar dos elementos paleográficos de cada manuscrito, é possível perceber as particularidades da escrita do autor, relacionado à história e ao desenvolvimento da língua portuguesa no final do século XVIII, apontar situações de uso da gramática portuguesa deste período bem como descrever os aspectos materiais dos documentos e seu contexto histórico. Verificamos que a análise paleográfica pode nos informar sobre os aspectos gráficos, materiais e complementares dos manuscritos selecionados.

É preciso, primeiramente, transcrever os manuscritos de acordo com as *Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos* do Arquivo Nacional, aplicar a análise paleográfica segundo as orientações presentes na obra *Noções de Paleografia e Diplomática*, e, por fim, identificar e contextualizar historicamente o conteúdo e elementos de escrita dos documentos.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois analisa os elementos gráficos e materiais de manuscritos selecionados.

Segundo a classificação de Gil (2002, p. 42), a pesquisa descritiva “tem por objetivo estudar as características de um grupo [...] visam descobrir a existência de associações entre variáveis”. Embora o autor exemplifique sua concepção de grupo como conjunto de pessoas ou instituições identificadas por determinados aspectos, podemos entender que um conjunto de documentos com aspectos específicos também se encaixam na concepção da palavra.

Tratar-se de estudo feito sobre documentos do acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, configura-se em pesquisa documental que, segundo Gil (2002, p. 45), “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Os manuscritos selecionados para a pesquisa passaram previamente pelos processos arquivísticos de higienização, análise e organização, porém, ao que se saiba, não foram inclusos em nenhuma outra pesquisa ou tratamento analítico antes desta pesquisa. A pesquisa bibliográfica em artigos de revistas eletrônicas sobre edições semidiplomáticas serviu também, assim como as normas, como base teórica orientadora para o desenvolvimento do presente estudo. A abordagem da pesquisa é qualitativa, pois visa relacionar os elementos de escrita dos manuscritos, de forma comparativa e crítica.

A transcrição segue as normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos, elaboradas no 2º Encontro Nacional de Normalização Paleográfica e de Ensino de Paleografia de 1993 e criadas para “fixar diretrizes, critérios e convenções para padronizar as edições paleográficas, com vistas a uma apresentação racional e uniforme das mesmas” (BERWANGER; LEAL, 2015, p. 99). A confecção de uma transcrição semidiplomática linha por linha reproduz fielmente as informações do documento, respeitando a divisão de parágrafos do texto original e com grau de interferência suficiente apenas para desdobramento de abreviaturas, facilitando a compreensão do conteúdo.

## 2 TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA DOS MANUSCRITOS

O termo *Paleografia* remete ao estudo de escritos antigos, conforme a etimologia das palavras gregas *palaios* – antigo – e *graphein* – escrita (BERWANGER; LEAL, 2015, p.15). Como revela Petrucci (1992 apud GONZÁLEZ; SÁNCHEZ, 2004, p. 21), a simplicidade desta definição oculta a possibilidade de aprofundamento nas pesquisas e estudos paleográficos, que propõe estudar a história da escrita em seus diversos períodos, as técnicas utilizadas para escrever nas diversas épocas, os processos de produção dos testemunhos escritos e os produtos desses processos, particularmente seus aspectos gráficos.

A Paleografia como disciplina induz o leitor a um olhar investigativo, em decifrar as nuances da escrita para que o conteúdo se revele entendível e perceber a peculiaridade do documento em relação ao seu autor, tema e época em que foi produzido. Ou seja, vai além da transcrição de manuscritos antigos, como relatam González e Sánchez (2004, p. 29, tradução nossa)

ya no se trata simplemente de analizar los testimonios escritos bajo un prisma cualitativo, como se hacía en los primeros momentos del giro paleográfico, sino que más bien comporta interpretarlos desde una perspectiva más amplia, explicar el sentido de sus distintas concreciones materiales y formales; pero igualmente comprender y razonar las condiciones históricas que han gobernado los procesos de producción, consumo y conservación de la cultura y la memoria escrita.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Não se trata simplesmente de analisar os testemunhos escritos sob um prisma qualitativo, como se fazia nos primeiros momentos da paleografia, mas sim interpretá-los a partir de uma perspectiva mais ampla, explicar o significado de suas distintas concreções materiais e formais; mas também compreender e

Assim, a Paleografia distancia-se do seu conceito primitivo de campo de conhecimento auxiliar à Diplomática, tornando-se autossuficiente em suas pesquisas e objetos de estudo.

Para um arquivo cujo acervo seja constituído em parte por manuscritos antigos, a paleografia amplia o leque de informações disponíveis para os usuários, recuperando documentos que possivelmente estariam em desuso pela dificuldade de leitura e compreensão das informações. A política de gestão documental, seja ela voltada para as funcionalidades de uma instituição administrativa ou para a conservação e disponibilização de material histórico-cultural, depende da compreensão, análise, classificação, descrição e destinação precisa da massa documental, o que será possível apenas se os documentos estiverem em condições de serem compreendidos. Desta forma, Berwanger e Leal (2015) afirmam ser imprescindível a paleografia para as atividades arquivísticas, pois a leitura documental, através da transcrição paleográfica, proporciona subsídios para uma exata classificação e descrição desses documentos, consolidando-se como ciência aliada à Arquivologia.

A linguagem enquanto manifestação da cultura, das ideias e pensamentos de um povo, está suscetível as mudanças, reflexos do ambiente externo e interno da sociedade que a utiliza como meio de comunicação. A língua portuguesa tem suas origens no latim vulgar e seus primeiros – e escassos - documentos inscritos aparecem no século IX. Esta época na história da língua portuguesa é conhecida como *pré-histórica*. Do século IX ao XII, época chamada de *proto-história*, são encontrados documentos em latim bárbaro com a presença de palavras portuguesas e dialeto galaico-português. A partir do século XII começa a época *histórica* “em que os textos e documentos aparecem inteiramente redigidos em português. Anteriormente [ao século XII] a língua

---

raciocinar as condições históricas que têm regido os processos de produção, consumo e conservação da cultura e da memória escrita.

era apenas falada”, afirma Coutinho (1976, p. 57). Podemos, também, dividir a história da escrita da língua portuguesa em três períodos, embora a ortografia portuguesa antiga não apresente uniformidade em nenhum dos períodos, pois que dependia dos critérios de cada escritor. O primeiro período, chamado *fonético*, inicia com os primeiros documentos escritos em português, de forma a representar na grafia das palavras a maneira como eram faladas e ouvidas, sem critérios gráficos. O segundo período, *pseudo-etimológico*, tem origem no século XVI, caracterizado pela inserção de consoantes geminadas e insonoras, resultantes do resgate do latim e dos escritores clássicos romanos e gregos. A ortografia só atinge um padrão uniforme em 1904, início do período *simplificado*, com a publicação da *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana. Apesar de estarem inseridos no recorte temporal do segundo período, os manuscritos pesquisados possuem palavras que carregam a preocupação em representar a palavra falada, traços do período fonético.

As características dos manuscritos analisados destoam nitidamente dos documentos atuais, validando a análise para traçar, no desenvolver da escrita ao longo dos anos, o perfil dos aspectos paleográficos destes documentos. A seguir, as transcrições de cada manuscrito, de acordo com as *Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos*, de 1993, e com auxílio do dicionário de abreviaturas de Maria Helena Flexor, para manuscritos do século XVI ao XIX. A transcrição semidiplomática, realizada neste artigo, difere da transcrição diplomática, pois não reproduz todos os elementos de forma idêntica ao original; entretanto, reproduz fielmente o documento com um mínimo de intervenção do transcritor, que utiliza recursos como o desdobramento de abreviaturas (letras grifadas por sublinhado ao invés de em itálico, para torná-las mais visíveis), facilitando a compreensão do conteúdo do documento pelo leitor e evitando “adulteração do sentido de passagens dos documentos” (SAMARA, 2005, p. 19). Os documentos possuem números de paginação, elaborados pela equipe do Arquivo

Público do Estado de Santa Catarina, seguindo a sequência dos documentos pertencentes ao conjunto documental ao qual fazem parte, *Cartas do Vice-Rei para Câmaras Municipais – 1760/1801*. O verso dos documentos também possui numeração, como não possuem nenhuma inscrição, optou-se por não os incluir na transcrição. Os números de paginação estão incluídos em meio ao texto, conforme o ponto 7.3 das normas técnicas.

**Figura 1** – Transcrição paleográfica do Manuscrito 1

Data	Resumo do conteúdo
25 de abril de 1781	Informa sobre o falecimento da <i>Raynha Mãe</i> - D. Mariana Vitória de Bourbon -, ordenando período de luto de seis meses, sendo três meses rigoroso e três aliviado, para toda a capitania.

[fl. 47]

Sua Magestade foi servida participar-me a triste noticia do falecimento da Fidelissima Senhora Raynha Mãe: Ordenando-me fizesse tomar Luto em toda esta Capitania por seis mezes, trez rigorozo, e trez aliviado, sendo os primeiros trez mezes de Capa Comprida, para o que foi servida dispensar na Pragmatica  
5 de vinte e oito de Mayo de mil sete centos quarenta e nove, o que participo a Vossas merces para que na forma do costume mandem regular o dito Luto em toda essa Villa, como a mesma Senhora hê Servida Ordenar. Deos garde a Vossas merces Rio de Janeiro a 25 de Abril de 1781

Luiz de Vasconcelos e Souza

10 Senhores Juizes Ordinarios, e mais Officiaes da Camara da Villa do Desterro da Ilha de Santa Catharina.

**Fonte:** o autor (2016).



**Figura 2** – Transcrição paleográfica do Manuscrito 2

<b>Data</b>	<b>Resumo do conteúdo</b>
20 de dezembro de 1786	Informa sobre o falecimento de Dom Pedro III, ordenando período de luto de um ano, sendo seis meses rigoroso e seis aliviado, para toda a capitania.

[fl. 53]

Sua Magestade foi servida participar-me a infausta noticia do falecimento do Augustissimo Senhor Rey Dom Pedro III, ordenando-me fizesse tomar luto em toda esta Capitania por hum anno seis mezes rigorozo, e seis aliviado; e nesta conformidade mandarão regular o referido luto de modo

5 que venha a noticia de todos no seo Destricto.

Deus guarde a Vossas merces Rio 20 de Dezembro de 1786

Luiz de Vasconcelos e Souza

Senhores Juiz Ordinario, e

Officiaes da Camara da

10 Ilha de Santa Catharina.

**Fonte:** o autor (2016).

**Figura 3** – Transcrição paleográfica do Manuscrito 3

Data	Resumo do conteúdo
11 de fevereiro de 1789	Informa sobre o falecimento de Dom José, ordenando período de luto seis meses, sendo três meses rigoroso e três aliviado, para toda a capitania, com suspensão de todo o despacho por oito dias.

[fl. 57]

Sua Magestade foi servida participar-me a infausta noticia do falecimento do Serinissimo Senhor Principe do Brasil Dom Jozé, ordenando-me fizesse tomar luto em toda esta Capitania por seis mezes, trez rigorozo, e trez aliviado, e nesta conformidade mandará essa Camara regular o referido luto de modo  
5 que venha à noticia de todos no seo Destricto, suspendendo juntamente todo o Despacho por oito dias, e concorrendo para as demonstraçoens publicas de hum justo sentimento tão proprias do seo zelo, como devidas à Memoria de tão Augusto Principe.

Deus guarde a Vossas Mercês Rio 11 de Fevereiro de 1789

10 Luiz de Vasconcelos e Souza

Senhores Juiz Ordinario, e Officiaes  
da Camara da Ilha de Santa Ca-  
tharina.

**Fonte:** o autor (2016).

### 3 ANÁLISE PALEOGRÁFICA

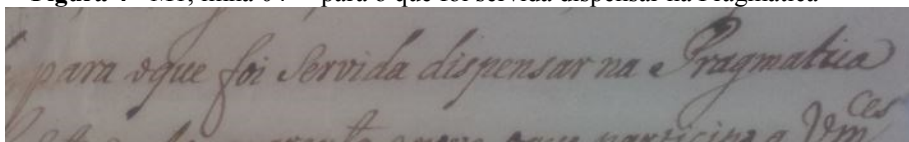
A análise paleográfica consiste em inspecionar os elementos característicos de determinado documento ou conjunto documental, possibilitando elaborar uma descrição física do item em análise, em especial suas particularidades mais marcantes, como por exemplo, a grafia, o suporte da escrita ou um arabesco (BERWANGER; LEAL, 2015, p. 109). Os aspectos

paleográficos, classificados em três grupos – aspectos gráficos, aspectos materiais e aspectos complementares –, fornecem informações não contempladas no conteúdo do documento. Estas informações nos permitem ter maior compreensão sobre o contexto de escrita do documento, o desenvolvimento da linguagem e do material de escrita e as peculiaridades do autor dos documentos, ou mesmos se foram escritos por mãos (autores) diferentes.

### 3.1 Aspectos Gráficos

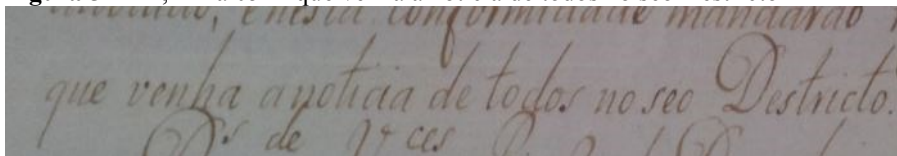
De acordo com Schreiner (2007, p. 28), o tipo de letra característico do século XVIII em Portugal, e conseqüentemente no Brasil, é chamado de humanístico, o qual apresenta linhas finas em traçado suave com ponta de pena afiada, letras unidas em cada palavra em uma escrita cursiva, e nítida inclinação para a direita. As variações de inclinação e aproximação das letras não necessariamente significam outro tipo de letra: são decorrentes das particularidades e condições de escrita em determinado momento. Os seguintes trechos demonstram as variações citadas acima.

**Figura 4** - M1, linha 04 - “para o que foi servida dispensar na Pragmatica”



**Fonte:** o autor (2016).

**Figura 5** - M2, linha 05 - “que venha a noticia de todos no seo Districto”

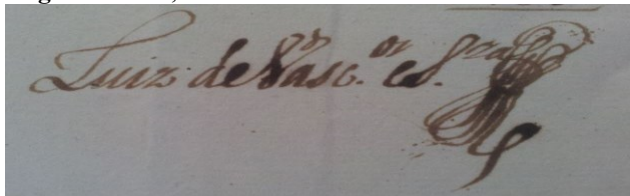


**Fonte:** o autor (2016).

Supõe-se que os Manuscritos 2 e 3 foram escritos pelo mesmo autor, diferente do Manuscrito 1. Temos por evidência a inclinação mais aguda e letras e palavras mais unidas entre si, além das semelhanças e diferenças na grafia das letras. Percebe-se que o grau de instrução dos autores remete à educação formal, não apenas deduzível pelo cargo que ocupam – provavelmente auxiliares do Vice-Rei –, como também pelo traçado fino, letras em tamanho consistente, amplo conhecimento da língua, o que permite uma leitura sem dificuldades.

O traçado fino sugere que a pena, instrumento da escrita, possuía ponta fina e que os autores não imprimiram tanto peso para o traço. O recurso “rasgar a penada”, quando o autor imprime maior peso ao punho de forma a abrir a ponta da pena e traçar linhas mais grossas, só é presente nas letras capitais – primeira letra da palavra que inicia a frase introdutória do documento – e de forma sutil. Foi verificado apenas uma ocorrência de acúmulo de tinta, na assinatura do Manuscrito 3, sem acarretar prejuízo à leitura.

**Figura 6** - M3, linha 10 - “Luiz de Vascelos e Souza”



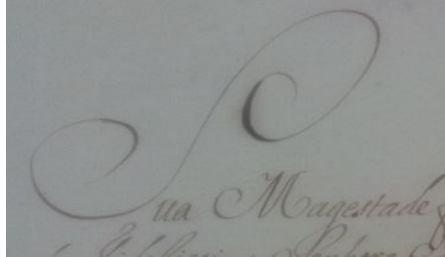
**Fonte:** o autor (2016).

É de característica particular de Vasconcelos e Souza sempre encerrar sua assinatura com o arabesco, grafema meramente decorativo, visível na figura acima. Schreiner (2007, p. 34) hipotetiza que os escribas viam no arabesco um recurso de identificação e de preservação em casos de falsificação.

Por ter o mesmo assunto e ter certo padrão na escrita da mensagem, os três manuscritos analisados iniciam com as palavras “Sua Magestade” [*sic*]; podemos observar duas

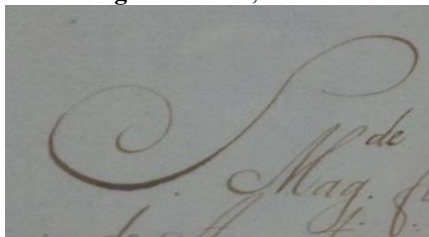
ocorrências que nos chamam atenção: a variação da letra capital e o uso da abreviação para essas palavras. Os exemplos abaixo evidenciam a variação da escrita no início dos documentos:

**Figura 7** – M1, linha 01 – “Sua Magestade”



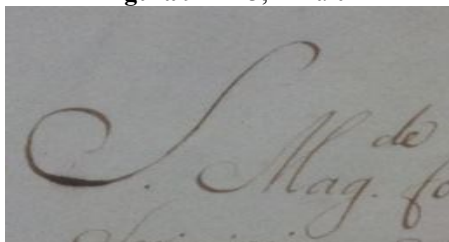
**Fonte:** o autor (2016).

**Figura 8** – M2, linha 01



**Fonte:** o autor (2016).

**Figura 9** – M3, linha 01



**Fonte:** o autor (2016).

Podemos observar as diferentes grafias dos autores: enquanto o autor do Manuscrito 1 acentua a cauda superior da letra capital *S*, o autor dos Manuscritos 2 e 3 dá maior destaque à cauda inferior, mantendo, porém, o tamanho da letra capital

sempre superior em relação às outras letras. Percebe-se, também, a clara distinção da grafia da letra *M* do primeiro manuscrito para os dois seguintes, outra evidência que suporta a suposição de que o autor do Manuscrito 1 não é o mesmo dos Manuscritos 2 e 3.

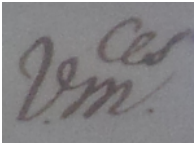

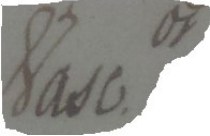



Embora as normas técnicas para transcrição de manuscritos mencionem a possibilidade de manter as abreviaturas ainda usuais na atualidade, optou-se por desenvolver, com acréscimo de grifo (sublinhado), todas as abreviaturas presentes nos manuscritos. O uso de abreviações é recorrente ao longo dos documentos; de acordo com Andrade (2009, p.162), este recurso era muito utilizado na época, principalmente em palavras de uso corriqueiro, com o propósito de tornar a escrita e leitura mais rápida, conservando também os materiais utilizados. No caso acima, verificamos que os autores usaram da abreviação nos Manuscritos 2 e 3 para iniciar os documentos, enquanto que o Manuscrito 1 inicia-se com a escrita das palavras integralmente.



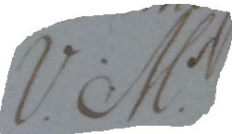
Berwanger e Leal (2015, p.92) ensinam que as abreviações podem ser classificadas como:

- a) **Sigla:** Letra do alfabeto que por si só representa palavra completa, da qual é a inicial.
- b) **Apócope:** Quando há supressão do final da palavra ou sílaba. Utilizada com mais frequência em palavras corriqueiras.
- c) **Síncope:** Quando há supressão de letras no meio da palavra.
- d) **Letras sobrescritas:** Pequenas letras inscritas acima da abreviatura.

Abaixo seguem exemplos de cada abreviatura usada nos três manuscritos, em caráter de amostragem e por ordem de aparecimento, transcritas de forma fac-similar (sem desenvolvimento) e com as letras suprimidas desenvolvidas em caracteres itálicos.

**Quadro 1** – Abreviaturas e suas respectivas transcrições

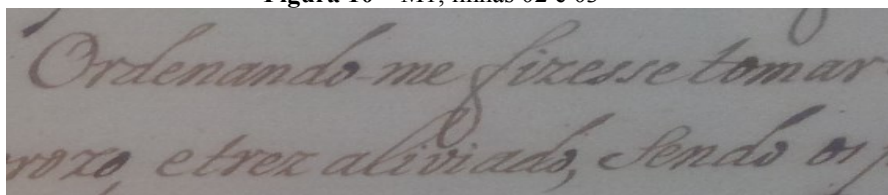
	<p>V.m.<sup>ces</sup></p>	<p><i>Vossas Mercês</i></p>
	<p>g.<sup>de</sup></p>	<p><i>garde</i></p>
	<p>Vasc.<sup>os</sup></p>	<p><i>Vasconcelos</i></p>
	<p>S.<sup>za</sup></p>	<p><i>Souza</i></p>
	<p>Snr.<sup>es</sup></p>	<p><i>Senhores</i></p>
	<p>S. Mag.<sup>de</sup></p>	<p><i>Sua Magestade</i></p>

	D.	<i>Dom</i>
	D. <sup>s</sup>	<i>Deos</i>
	V. M. <sup>s</sup>	<i>Vossas Mercas</i>

**Fonte:** o autor (2016).

O tamanho das letras se mantém constante, com exceção às letras capitais e a variação esperada entre maiúsculas e minúsculas. O traçado bem cuidado e hábil dos autores contribui para a dimensão padrão das letras, bem como a execução das hastes superiores e inferiores que, embora em alguns casos se cruzem, não apresentam exageros a ponto de prejudicar a leitura dos documentos.

**Figura 10** – M1, linhas 02 e 03



**Fonte:** o autor (2016).

A partir do século XVI que surgem os primeiros tratados de ortografia da língua portuguesa, no período denominado por Coutinho (1976, p. 71) como *pseudoetimológico*. Este período, que se estende do século XVI ao início do XX, é caracterizado

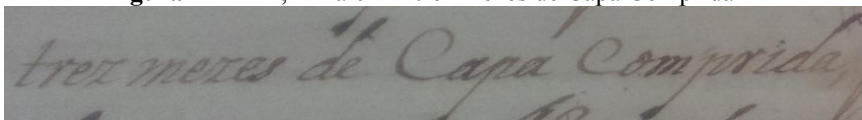


pela preocupação dos linguistas na grafia das palavras remetendo-se a sua língua de origem, habitualmente o latim e francês, inserindo na grafia sinais meramente etimológicos, como o -pt (*septe, septembro*) e -ct (*enxucto, mulcta, mactar*). Coutinho (1976, p. 76) critica o surto etimológico desta fase quando indaga:

se o objetivo de qualquer sistema gráfico é representar as palavras, ajustando-se a elas do mesmo modo que a indumentária ao corpo, como explicar a presença de tantos símbolos inúteis, que tiram ao idioma escrito a simplicidade primitiva, dando-lhe um ar postiço de afetação?

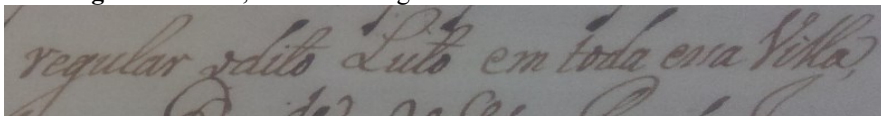
Embora tenham sido elaborados diversos tratados ortográficos, não houve uma aceitação ou cobrança rígida das grafias, de forma que é visível na escrita desta época considerável influência da oralidade. Dessa forma, é comum deparar-se com letras maiúsculas no meio das frases, em palavras cujo redator, supostamente, buscou chamar maior atenção dentro do contexto da mensagem, em nomes de cargos civis, políticos e militares, bem como o consenso de iniciar nomes próprios de pessoas e lugares e assinaturas com este recurso. Há uso frequente da letra maiúscula nos manuscritos quando se refere à pessoa falecida, somado a seus adjetivos e pronomes de tratamento, quando menciona a capitania e distrito, na mensagem de encerramento dos manuscritos, e nos casos de destaque da palavra no contexto do documento, evidenciados abaixo:

**Figura 11** – M1, linha 04 - “trez mezes de Capa Comprida”



**Fonte:** o autor (2016).

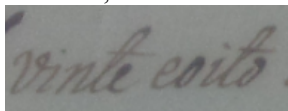
**Figura 12** – M1, linha 06 - “regular o dito Luto em toda essa Villa”



**Fonte:** o autor (2016).

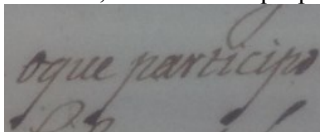
Os manuscritos apresentam casos de união de palavras, com maior ocorrência no Manuscrito 1. Em respeito ao ponto 1.1 das normas técnicas de transcrição de manuscritos, as palavras grafadas unidas indevidamente devem ser transcritas separadas, com exceção dos pronomes proclíticos, mesoclíticos e enclíticos, os quais não constam nos documentos estudados.

**Figura 13** – M1, linha 05 - “vinte e oito”



**Fonte:** o autor (2016).

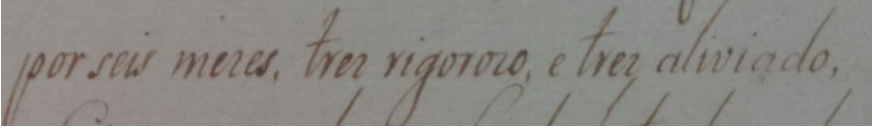
**Figura 14** – M1, linha 05 - “o que participo”



**Fonte:** o autor (2016).

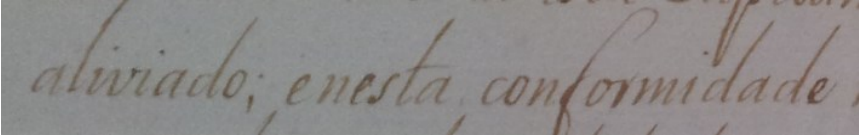
Outra consequência da inexistência de regras gramaticais bem consolidadas é a utilização de pontuação e acentuação baseada principalmente na oralidade da língua. Deste modo, a vírgula era utilizada pelos autores para indicar pausa curta na fala, ponto e vírgula e dois pontos para uma pausa maior, e o ponto final marcava o encerramento da frase ou interrupção da palavra para abreviação, tal como é na atualidade.

**Figura 15** – M3, linha 03 - “por seis mezes, trez rigorozo, e trez aliviado,”



**Fonte:** o autor (2016).

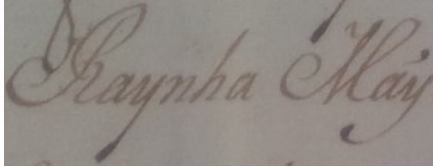
**Figura 16** – M2, linha 04 - “aliviado; e nesta conformidade”



**Fonte:** o autor (2016).

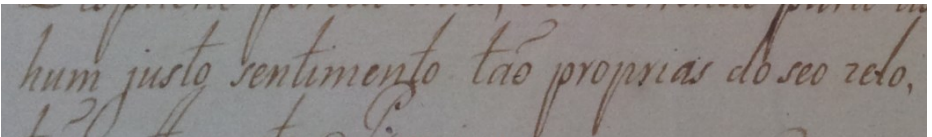
A acentuação das palavras segue certo padrão, apoiado na oralidade, ao indicar nasalidade na sílaba de uma palavra, sua tonicidade ou para sinalizar vogal aberta.

**Figura 17** - M1, linha 02 - “Raynha May” indicando nasalidade



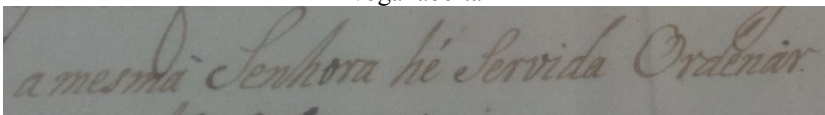
**Fonte:** o autor (2016).

**Figura 18** – M3, linha 07 - “hum justo sentimento tão proprias do seo zelo,”  
indicando nasalidade



**Fonte:** o autor (2016).

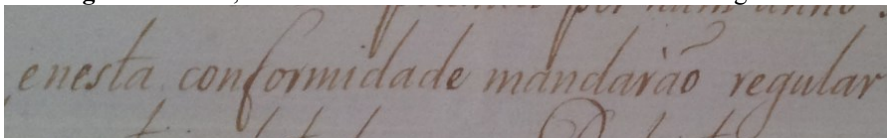
**Figura 19** – M1, linha 07 - “a mesma Senhora hé Servida Ordenar.” indicando vogal aberta



**Fonte:** o autor (2016).

Em um momento o autor demonstra incerteza ou talvez tenha errado o sinal gráfico, ao que empregou dois sinais em uma mesma sílaba.

**Figura 20** – M2, linha 04 - “e nesta conformidade mandarão regular”



**Fonte:** o autor (2016).

### 3.2 Aspectos Materiais

Os documentos foram escritos em papel de dimensões semelhantes, de 345 mm de largura por 224 mm de altura; para escrever, usou-se pena de ave e tinta ferro-gálica preta que, com o passar do tempo, ganha um tom amarronzado, à medida que o sulfato de ferro (um de seus componentes) oxida, podendo até danificar o documento e dificultar a leitura. Os manuscritos, no entanto, se encontram em bom estado de conservação, com apenas alguns poucos pontos de perfuração provocados por insetos, nada que comprometa os documentos. Não há previsão para procedimentos de restauro sobre os documentos, visto que a demanda do Laboratório de Restauro de Documentos do Arquivo Público do Estado é de documentos cujo estado de conservação necessitam de cuidados prioritários.

### 3.3 Aspectos Complementares

Os manuscritos analisados foram produzidos durante o ofício de Luís de Vasconcelos e Souza enquanto Vice-rei do Brasil, na década de 1780. A partir de meados do século XVIII o mundo ocidental experienciou grandes transformações de cunho político, social e econômico, que repercutiram em todos os aspectos do conhecimento humano ao redor do mundo. As insurreições francesas contra seus governantes, a corrente de pensamentos iluministas de exaltação à razão como guia das leis naturais humanas, a revolução industrial, que impulsionou o desenvolvimento do livre comércio e ampliação dos mercados, acontecimentos marcantes que abalaram a estrutura do sistema colonial. Neste cenário turbulento, a Coroa portuguesa se esforçava para manter sua política de absolutismo, enquanto na colônia, inspirados pelos acontecimentos internacionais e a própria realidade local – depressão econômica pela crise de produção de açúcar e ouro –, proliferavam-se conspirações voltadas à independência.

O imenso território colonial dificultava o trabalho de defesa das terras, principalmente as terras do sul, repetidamente invadidas pelos espanhóis. Fazia-se necessário dar continuidade às reformas jurisdicionais de imposição da presença monárquica nos lugares mais distantes da colônia. Assim, a criação de uma capitania régia na Ilha de Santa Catarina, como afirma Cardoso (2013, p.275),

a instalação de um poder governatório que estivesse ligado diretamente ao rei e às autoridades da capitania do Rio de Janeiro [...] tinha como razão maior adequar os lugares periféricos de uma maneira mais efetiva à estrutura político-administrativa do Estado luso colonial, tendo em vista um governo mais eficiente e presente.

Segundo Schreiner (2007), em 11 de agosto de 1738, Dom João V assina a Provisão Régia que estabelece os territórios da

Ilha de Santa Catarina e o continente do Rio Grande de São Pedro como capitania, unidade administrativa diretamente subordinada ao vice-rei, e não mais à jurisdição de São Paulo. A Coroa portuguesa envia, na terceira década do século XVIII, o brigadeiro José da Silva Paes, a fim de organizar a defesa da costa sul e criar um ponto de defesa, abastecimento e descanso na região. Silva Paes torna-se o primeiro governador da capitania e solicita ao rei auxílio para o povoamento da ilha de Santa Catarina, ao que foi atendido e publicado na ilha dos Açores em 1746 uma provisão régia convidando a população para estabelecer moradia na colônia, sendo ofertados “transporte custeado pela real fazenda, além de terras, sementes e ferramentas para o estabelecimento na nova moradia” (CONCEIÇÃO, 2011, p. 293).

A administração da colônia tinha no governador-geral sua figura de maior autoridade, sobre qual foi outorgada, pelo rei, o título de Vice-rei e Capitão-General do Mar e Terra do Estado do Brasil, no advento da mudança da sede do governo da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763 (FAUSTO, 2003). Pressionada pelas circunstâncias, a Coroa necessitava de um representante régio em constante contato com a administração de seus interesses, e a ele foram delegados amplos poderes de decisão nas esferas militares, políticas e econômicas. Luís de Vasconcelose Souza era formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, tendo ocupado os cargos de desembargador do Tribunal da Relação do Porto e da Casa da Suplicação, desembargador do Paço, conselheiro de Estado e vereador do senado da câmara de Lisboa e sócio da Academia Real de Ciências (VANIFAS, 2011, p. 352).

Em contraponto aos poderes régios do vice-rei, as Câmaras Municipais configuravam-se como órgãos de poder constituídos por membros da sociedade, eleitos ou não. Eram controladas pela classe dominante dos proprietários rurais e, segundo Fausto (2003, p.64) defendiam seus interesses em suas atividades: “arrecadavam tributos, nomeavam juízes, decidiam certas questões, julgavam crimes como pequenos furtos e injúrias verbais, cuidavam das vias públicas, das pontes [...]”.

Não foi possível afirmar com esta pesquisa se os documentos são hológrafos, ou seja, escrito pela mesma pessoa que assina. Através da comparação das letras do texto com as da assinatura do Vice-rei, verifica-se grande semelhança no traçado das letras e tamanho, porém não há evidências suficientes para afirmar se o mesmo é o autor de algum dos manuscritos. Supõe-se apenas que o autor do Manuscrito 1 difere do autor dos Manuscritos 2 e 3. Décimo-segundo Vice-rei do Brasil, Luiz de Vasconcelos e Souza foi, segundo Conceição (2011, p. 243)

O primeiro vice-rei do Brasil sem carreira militar. Este aspecto marca as mudanças do sentido de governar no fim do século XVIII, transpondo os aspectos puramente de defesa do território para o enfoque no governo dos povos.

Vasconcelos e Souza combateu com rigor a Inconfidência Mineira, “mandou prender Tiradentes, que se encontrava no Rio de Janeiro, abrindo uma devassa contra os inconfidentes e assim divergindo da política de conciliação ensaiada pelo governador de Minas” (VANIFAS, 2001, p. 173).

Poucas informações foram encontradas sobre os membros da família real citados nos manuscritos. Sabe-se que a “Raynha May” (Manuscrito 1) é D. Mariana Vitória de Bourbon, rainha consorte de Portugal pelo seu casamento com D. José I (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016). Sua filha mais velha, Maria I, casou-se com o tio, Pedro de Bragança, tornando-o rei consorte D. Pedro III (Manuscrito 2). Deste casamento nasceu o príncipe D. José, referenciado no Manuscrito 3.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A prática da paleografia, a transcrição semidiplomática e análise dos aspectos paleográficos dos manuscritos do Vice-rei Luiz de Vasconcelos e Souza para a Câmara Municipal da Ilha de

Santa Catarina promove sobre os documentos uma leitura crítica que não se atém apenas ao que está escrito em seu conteúdo. São reveladas as peculiaridades da escrita dos autores dos documentos, as características em que se encontra a língua portuguesa no final do século XVIII, os materiais utilizados na confecção dos manuscritos, informações estas que não apenas complementam e contextualizam as mensagens inscritas, mas também se constituem em fontes de dados para novos estudos e questionamentos.

Os objetivos propostos na introdução do artigo – transcrição semidiplomática e análise dos aspectos paleográficos dos manuscritos - foram alcançados. Os manuscritos foram habilmente redigidos, com nítidos traços da escrita humanística: linhas finas, letras unidas em cada palavra, escrita cursiva e levemente inclinada para a direita. O uso de acentos e letras maiúsculas é irregular e varia de acordo com a percepção de necessidade dos autores dos documentos.

Estender pontes que unam os manuscritos com as disciplinas de Paleografia, História e Linguística é importante ao autor, pois não apenas pode colocar em prática a teoria e técnicas estudadas nessas áreas, como também o resultado desta pesquisa científica se traduz em fontes para novos estudos sobre esses assuntos, contribuindo engrossar o acervo de obras sobre paleografia quanto para dar mais visibilidade aos documentos analisados e à história colonial de Santa Catarina.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Elias Alves de. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 10, p.149-172, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59820/62929>>. Acesso em: 10 nov. 2015.



ARQUIVO NACIONAL. **Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos.**[1993]. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Núcleo de Ação Educativa:** atividade 7. Disponível em: <[http://200.144.6.120/exposicao\\_manuscrito/atividadespdf/manuscrito.atividade.7.pdf](http://200.144.6.120/exposicao_manuscrito/atividadespdf/manuscrito.atividade.7.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2016.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática.** 5. ed. Santa Maria: UFSM, 2015. 128 p.

BUENO, Francisco da Silveira. **Estudos de filologia portuguesa.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1967. 241p

CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. **As dinâmicas político-territoriais de uma comunidade periférica no Sul da América Portuguesa:** A Ilha de Santa Catarina e seu continente, 1680-1750. 2013. 358 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://bgmamigo.paginas.ufsc.br/files/2011/02/Vitor-Hugo-Cardoso-dissertacao.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

CASA IMPERIAL DO BRASIL. **Genealogia do Chefe da Casa Imperial do Brasil.** Disponível em: <<http://www.monarquia.org.br/-/obrasilimperial/genealogia.html>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica.** 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976. 357 p.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. **Sentir, escrever e governar:** a prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º Marquês do Lavradio (1768 - 1779). 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16042012-164420/>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 664 p.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas:** manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 171p

GONZÁLEZ, Antonio Castillo; SÁNCHEZ, Carlos Sáez. Paleografia e Historia de la Cultura Escrita: Del signo a lo escrito. In: TERRERO, Ángel Riesco (Ed.). **Introducción a la Paleografía y la Diplomática general**. Madrid: Síntesis, 2004. Cap. 1. p. 21-31.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Paleografia e fontes do período colonial brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2005.

SILVA NETO, Serafim. **História da língua portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988. 670 p.

SCHREINER, Cátia. **Edição semidiplomática de documentos manuscritos catarinenses do século XVIII**: livro de 'Ofícios do vice-rei para o governador da capitania' (1793-1798). 2007. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-03102007-142123/>>. Acesso em: 16 de out. 2015.

VANIFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial (1500 – 1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 599 p.

***ANALYSIS OF THE PALEOGRAPHIC CHARACTERISTICS OF VICEROY MANUSCRIPTS TO THE MUNICIPAL CHAMBER OF ILHA DE SANTA CATARINA (1781 - 1789)***

**Abstract:** *This study aims to analyze paleographic aspects of three manuscripts authored by Viceroy Luís de Vasconcelos e Souza, dated from 1781 to 1789, highlighting the graphic, material and complementary aspects, which places the documents in its creation context and profiles the Portuguese writing of the time, according to the author's peculiarities. The manuscripts inform the Municipality of Santa Catarina Island the death of members of the royal family, ordering mourning period to all its districts. Follow the Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos are followed, as well as the guide to paleographic analysis of the work Noções de Paleografia e de Diplomática. Through critical observation of the manuscripts, it is made the description of the physical characteristics of the manuscripts with samples that expose the peculiarities in the writing of the Viceroy. It concludes that the manuscripts were written by skilled hands, although there are orthographic irregularities, and constitute on sources for further research.*

**Keywords:** *Paleography. Paleographic analysis. Manuscripts. Viceroy.*

*Originals recebidos em: 20/07/2017*

*Aceito para publicação em: 11/04/2017*

*Publicado em: 30/06/2017*